



Comunicação, educação e pobreza: se existe miséria, que se faça notá-la¹

Erick DAU²

Ricardo CABRAL³

Mohammed ELHAJJI⁴

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

O presente trabalho aborda a comunicação e a educação, como sistemas de mediação, com o objetivo de chamar a atenção para as práticas da Escola e da Mídia, dentro do contexto do capitalismo neoliberal global. A ideia do artigo é problematizar a atuação ambígua dessas instituições, que legitimam a perpetuação da sociedade de mercado a partir de sua privilegiada posição sociopolítica, contribuindo, conseqüentemente, para a manutenção do *status quo*. O trabalho propõe ainda formas efetivas de contestação e de superação das estruturas de poder, a partir dos princípios da comunicação comunitária, como caminhos para uma superação real e efetiva da pobreza.

PALAVRAS-CHAVE

Mídia; educação; pobreza; capitalismo; comunicação comunitária.

1. Introdução

*“Nunca me acostumbraré
a esa señora buscando basura en la puerta de mi casa
Nunca me acostumbraré
a tu carita de hambre pidiéndome algo para comer
Nunca me acostumbraré
a tu barrio de lujo enfrente de la villa
Nunca me acostumbraré
a ver tu banco vacío en la escuela te fuiste a trabajar”*
(Arbolito)

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Jornalismo da ECO/UFRJ, email: erickdau@gmail.com

³ Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso de Jornalismo da ECO/UFRJ, email: ricardocp@ufrj.br

⁴ Orientador do trabalho. Professor Doutor do Curso de Comunicação Social da ECO/UFRJ, email: mohahajji@yahoo.com.br



A comunicação é um fenômeno mediante o qual sujeitos, inseridos em um determinado contexto social e cultural, intervêm em outros através de diferentes mecanismos, constituindo um processo *intencional* de produção e reprodução cultural.

É justamente por meio da comunicação que as sociedades constroem seu espectro de sentidos e ideias e, também, suas formas de organização. Os eixos estruturais de cada sociedade, nação, comunidade ou grupo recaem, invariavelmente, sobre o processo básico da comunicação. Em última análise, é uma prática que encerra em si uma dimensão humana indispensável à vida, individual e em sociedade.

Entretanto, no desenvolvimento da História, as percepções sobre a comunicação foram variando e evoluindo em direção à atual noção de que ela é um espaço privilegiado de disputa pelo poder. Assim, segundo essa lógica, formas de detenção e controle da emissão e recepção de informações, em seus mais amplos sentidos – mas especialmente para grandes públicos –, foram criadas e aperfeiçoadas.

Atualmente, observamos o resultado da construção de uma sociedade global que, voltada para a lógica de mercado, apresenta-se absolutamente díspar em suas características socioeconômicas. O mundo dito globalizado de hoje não seria possível sem a comunicação não só por sua integral dependência técnica, mas também pela realidade política, econômica e social que foi possível graças à magnífica atuação dos que detinham, detiveram e detêm o controle sobre os meios de informação.

Isso significa dizer, como discutiremos ao longo deste trabalho, que os meios de comunicação, inseridos em um mercado monopolizado, servem a interesses específicos de determinados grupos sociais, que têm como objetivo promover a perpetuação de um sistema político e econômico que *exige* a desigualdade social, o capitalismo.

Embora seja um termo demasiado amplo, o conceito de pobreza abordado aqui denota diversos tipos de carências que marcam as sociedades no mundo, especialmente nos territórios dos países periféricos. Nesse contexto, quando falamos em pobreza, falamos não só na carência material, mas também na carência intelectual, cultural, afetiva, social etc.

Hoje, a pobreza é parte de um paradigma social que manifesta, por um lado, um desgosto absoluto para com suas manifestações e, por outro, uma maquiagem das diversas formas cotidianas de perpetuação do estado daqueles a que se convencionou chamar de excluídos. Essa ambiguidade, como veremos, pode ser explicada pelo papel protagonista que desempenha a pobreza no funcionamento da sociedade global capitalista: sua necessidade, vital para a sobrevivência do sistema, impede sua extinção;



e uma vez que sua extinção é impossível, isto é, já que é preciso que haja a figura do pobre, a tática do poder dominante é velar sua existência – principalmente através da comunicação e seus dispositivos. Mas como esse é um trabalho demasiado árduo, poucas vezes logrado, a estratégia secundária do poder é reduzir discursiva, imagética e ideologicamente sua drasticidade.

Segundo essa linha de pensamento, é imprescindível discutir também o papel da educação. É comum pensarmos que a Escola poderia ser um espaço que ajudasse a reverter essas lógicas por meio da formação de sujeitos sociais capazes de transformar o a realidade que os circunda. Entretanto, o que observamos hoje, na maioria esmagadora das instituições de ensino, é uma prática didática verticalizada que não busca o desenvolvimento de um pensamento crítico e genuíno. O que existe, na verdade, é uma preocupação apenas com a entrada dos estudantes no mercado de trabalho. Em outras palavras, os alunos não são pensados como sujeitos sociais de uma forma holística, mas como futuros profissionais que precisam ser capacitados da melhor forma possível para atuar no mundo como lhes é apresentado.

É por isso, então, que serão abordadas neste artigo as noções de mídia e educação para que seja possível diagnosticar, em nossa cultura, o funcionamento de práticas que direcionam nossa sociedade para a manutenção de um sistema que prevê a desigualdade entre grupos e povos. Além disso, com um especial destaque à conjuntura brasileira, a ideia é propor também uma possível forma de superação dessas estruturas, a partir das bases da comunicação comunitária.

2. Comunicação e cultura

“(…) grande parte da culpa por nossa miséria reside no que chamamos de nossa cultura; seríamos muito mais felizes se a resignássemos e voltássemos a encontrar-nos em condições primitivas.”

(FREUD, 1984, p. 85)

Para Freud (1984), a cultura é, na realidade, o resultado de um esforço de standardização de comportamentos, isto é, a instauração de mecanismos que de alguma forma limitem as múltiplas ações e escolhas humanas, levando à criação de um homem-médio. Numa linha de pensamento similar, segundo Foucault (2004), esses mecanismos seriam, justamente, as normas. Ele observa que a adoção da norma na modernidade é



algo que se aproxima à laicização do pecado, ou seja, é a substituição do discurso religioso pelo científico. O que acontece, então, é que aqueles comportamentos que não são puníveis pela lei, podem ser julgados por outro tipo de juízes, que aplicam castigos a partir do conceito de *anormalidade*.

Em seu livro “Vigiar e Punir” (2004), Foucault nos faz compreender que o poder moderno se sustenta através da escolha do anormal, ou seja, daqueles que representam uma ameaça ao sistema constituído. O autor assevera, nesse contexto, que o conceito de “norma” mistura à ideia de *verdade* – aquilo que existe – a de *valor* – aquilo que deveria existir. E é a partir daí que surge a adoção desse “homem médio”, um homem que tem sua existência marcada pelos valores de como *deveria ser*. E os que se encontram fora desse padrão são os que podem ser rotulados como anormais.

Parece evidente, portanto, que a classificação de indivíduos como anormais é uma forma de castigo. Isso porque na medida em que existe o conceito de anormal, todos passam a lutar por sua normalidade e, logo, pela negação do anormal. É uma busca para enquadrar-se nessa normalidade.

Segundo Freud (1984), o que faz a cultura, então, é justamente inibir as atitudes que se relacionam a tudo aquilo que é da ordem do *pulsional*. Em outras palavras, o que acontece é uma restrição de determinados comportamentos não desejados a partir de emoções criadas pela própria cultura – a vergonha e a culpa. Tais sentimentos são, na realidade, consequências dos processos de internalização da Lei exercidos pelo poder: o olhar do outro e o olhar sobre si mesmo, respectivamente.

Nesse contexto, a esquematização proposta por Henri Bergson (1999) torna-se importante para que seja possível entender todo esse processo. Se fizermos uma análise comparativa dos procedimentos de estímulo-resposta dos comportamentos humanos e animais, é possível perceber, então, a forma exata por meio da qual a cultura submete o pulsional humano.

Nos animais assim chamados não-rationais, o que acontece é que, percebendo um estímulo externo, eles realizam um processo de afecção e reagem com uma resposta predeterminada ao estímulo inicial. Uma serpente, por exemplo, quando encontra um rato e o percebe, percebe também sua própria condição de fome e o ataca.

O caso dos homens, entretanto, é distinto na medida em que existe um conjunto de reações múltiplas e não comuns possíveis a diferentes estímulos. Isso leva à ocorrência de um hiato de tempo entre a percepção e a reação escolhida. Assim, o cultural é importante para que o poder possa levar à tendência de ocorrência de reações



comuns entre os sujeitos quando, na realidade, o que existe é uma vasta gama de possibilidades.

Dessa maneira, é importante para o poder, por exemplo, que todos se esforcem para integrar-se ao sistema produtivo capitalista a partir do ingresso em uma escola de qualidade e, posteriormente, em uma universidade que nos tornaria aptos, então, para a entrada no mercado de trabalho. Assim, ainda que muitos não consigam, apesar dos esforços empreendidos – até porque não se espera realmente que todos consigam, como discutiremos mais adiante –, é igualmente importante que isso opere como uma espécie de ideal para toda a sociedade, fazendo com que todos busquem o mesmo objetivo e com que se evite ao máximo possíveis “disfunções sociais”. De tal modo que quem escolhe um caminho alternativo é logo tachado de “vagabundo”, “desqualificado” ou “preguiçoso”.

3. Os meios de comunicação como sistemas de mediação

“A imprensa é um exército de vinte e seis soldados de chumbo
com o qual se pode conquistar o mundo.”
(Johannes Gutenberg)

Ainda segundo Bergson (1999), é possível dizer que os meios de comunicação, assim como a educação, são o que podemos chamar de *sistemas de mediação*, sendo o conceito de *mediação* oposto a tudo aquilo que é imediato. Isso significa dizer que tanto a mídia quanto as instituições de ensino têm em mãos o poder de criar consensos sociais sobre determinadas questões, já que mensagens culturais amplamente difundidas formam a denominada cultura.

Os meios de comunicação, mediadores do que podemos chamar de esfera pública, são, em primeiro lugar, fomentadores de discursos na sociedade. Segundo Ribeiro (2003), são eles os que selecionam, dentre todas as vozes sociais, aquelas que merecem o status de *memorável* promovido por eles. Assim, observamos que a mídia opera sob uma lógica de fazer ver e dizer, distribuindo o visível e o invisível, fazendo aparecer ou não-aparecer o objeto que não existiria fora dessa luz.

O mecanismo, no entanto, é ainda mais sutil e eficaz porque, ao contrário de colocar os acontecimentos e discursos não desejados na invisibilidade, coloca-os sob uma visibilidade *regulada e controlada*. Em última análise, o poder define então não só



aquilo que estará ou não na pauta das discussões públicas, mas também *como* estará presente nelas, de modo que, segundo Foucault (1997), não se deve buscar objetos e sujeitos, mas regimes de constituição de objetos e sujeitos.

Além disso, de acordo com o que explicam Cabral e ElHajji (2009), as empresas de comunicação, inseridas na lógica capitalista, sacrificam os ideais de promoção de justiça e democracia pelo lucro e pela produtividade. Isso ocorre porque são dependentes de outros grandes conglomerados que representam um papel fundamental, que é o de anunciantes. E, mesmo antes disso, tais grupos de mídia detêm visões próprias e específicas de mundo. Como conclusão, deve-se atentar ao fato de que a parcialidade e objetividade midiáticas são, *definitivamente*, apenas mitos, e que, embora aparentemente dêem voz a todos os setores sociais, normalmente o fazem sem se comprometer, tratando os discursos que não lhes interessam com pouca expressividade e até com repudia.

Um exemplo é o caso do tratamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Fundado com o objetivo de promover a reforma agrária no Brasil, o movimento sempre foi criminalizado pelo discurso dos meios hegemônicos, isto é, não está fora da pauta jornalística mas é apresentado nela através de um discurso que o retira do papel de vítima e o coloca no de algoz. É assim, de acordo com essa lógica, como bem aponta Sirvent (1998, 4), “o poder dominante tem conseguido transformar seus interesses em nosso senso comum”, isto é, em ideias e valores que são reproduzidos em meio à sociedade como verdades.

Com a finalidade, então, de garantir as condições mínimas necessárias para que os seres humanos vivam com dignidade, foi aprovada e proclamada no dia 10 de dezembro de 1948, pela Assembléia Geral das Nações Unidas, a Declaração Universal de Direitos Humanos. O artigo XIX trata, justamente, do direito à comunicação e afirma que

“Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

Para transmitir informações para um grande número de pessoas – ou seja, pelos meios de comunicação de massa – é necessário ter uma concessão pública, outorgada pelo governo. Mas a questão é que o Estado garante o artigo XIX da Declaração



Universal dos Direitos Humanos somente se a recepção e a transmissão reproduzirem os valores discursivos hegemônicos, valores estes que não costumam estar ligados à promoção de uma mudança socioeconômica estrutural, que obviamente não interessa ao sistema constituído. No entanto, sem a garantia de expressão a todas as vozes sociais, a pluralidade e diversidade de ideias que existem na sociedade não circulam e, portanto, não há democracia.

4. A educação como sistema de mediação

“Como é terrível conhecer, quando o conhecimento não favorece quem o possui!”
(Sófocles)

Integrada ao aparato dos meios de comunicação, como já assinalamos, exerce um papel também fundamental a educação. As escolas – e aqui nos referimos tanto ao ensino básico como ao superior –, como aparato ideológico do Estado, são também estruturas de controle. O que acontece, então, é que os conteúdos, de acordo com Freire (1987), são depositados nos alunos sem que sejam problematizados, isto é, não há esforços para o desenvolvimento de um conhecimento crítico e consciente dos fenômenos cotidianos, o que não gera um posicionamento transformador da realidade, mas uma submissão à verdade ditada pelo professor.

A interação educador-educando está baseada em uma relação na qual aquele fala enquanto este escuta. Em última análise, sofrem uma contradição – já que o educador torna-se o sujeito do processo e, os educandos, meros objetos. Por isso, não vão desenvolver uma consciência crítica e inserir-se no mundo como seus transformadores. Segundo Freire, “a questão está em que pensar autenticamente é perigoso” (1987, p. 61). O Professor, no paradigma educacional praticado na sociedade atual, é o legítimo possuidor do conhecimento e está acima da contestação. O Aluno, em seu papel passivo, não desenvolve os mecanismos intelectuais necessários à crítica e ao questionamento. Partindo do pressuposto de que, numa sociedade ideal – para os moldes dos dispositivos de poder – todo e qualquer cidadão deve, na juventude, frequentar a escola, a possibilidade do questionamento será seriamente abalada por meio da educação. O resultado disso é a conformação de um cidadão alheio à sua própria formação, ao seu devir.



Nesse contexto, o aluno ingressa na escola ou na universidade com o objetivo único de preparar-se para o mercado de trabalho, de integrar-se ao mundo como compreendido pelas estruturas acadêmicas. Mesmo quando não segue uma carreira clássica, com intenções explícitas de galgar uma posição economicamente privilegiada na sociedade, e ainda que muitas vezes não concorde com esse paradigma, o indivíduo formado não é um agente dotado de um potencial transformador efetivo dessas estruturas.

Quando, por exemplo, permanece no ambiente universitário, normalmente passa a ser um replicador do pensamento que concebe a educação nos moldes do mercado. Desconsiderando-se as exceções, como professor, em geral não estimula o desenvolvimento crítico de seus alunos, seguindo ementas rígidas e prioritariamente técnicas. Como pesquisador, se entrega ao ostracismo característico da produção acadêmica, ou submete sua produção aos interesses privados. Fica evidente, portanto, que isso é um reflexo da introjeção do mercado na estrutura acadêmica, que deslegitima e coloca em posição inferior qualquer saber extra-acadêmico, ao mesmo tempo em que não cria ou estimula proposições práticas de progresso social.

Segundo essa lógica, a educação passa a servir, então, a um sistema que tem como base a *necessidade* da pobreza estrutural, como já entenderemos adiante, enquanto o pensamento legítimo costuma justamente transformar essa realidade, na direção de uma sociedade mais justa e integrada. As diretrizes da educação mercantil não podem ir contra a reprodução dos discursos que legitimam o *status quo* simplesmente porque o mercado está no cerne do sistema neoliberal capitalista.

5. Pobreza

“Quem tem fome não tem dignidade”

(Bertolt Brecht)

E assim também está a pobreza. O pobre, frequentemente chamado de excluído, na realidade nunca esteve fora do sistema. Isso porque sua existência é condição *sine qua non* para a sobrevivência da sociedade de consumo capitalista. Netto e Braz, baseados na lei geral da acumulação capitalista formulada por Marx, observam que “(...) desde a constituição da base urbano-industrial da sociedade capitalista, o que tem



resultado da acumulação é, simultaneamente, um enorme crescimento da riqueza social e um igualmente enorme crescimento da pobreza” (2010, p. 137).

A máxima de Brecht transcrita acima se aplica a qualquer necessidade básica. E a falta de dignidade aqui adquire o sentido de ausência de alternativa, de impossibilidade de negação de condições que, ainda que possibilitem a vida, são inumanas. Em outras palavras, os necessitados se submetem a tudo para sobreviver.

Nessa dinâmica, é possível explicar o interesse na geração da pobreza. Por meio de um sistema perfeitamente articulado, são retiradas as condições vitais ou agravadas sua precariedade junto a setores específicos da sociedade. Assim, por exemplo, “se diz que o desemprego, através do medo, é um dos melhores mecanismos de controle social” (SIRVENT, 1998, p. 3). É importante perceber que o capitalismo como sistema *necessita* do desemprego, ou seja, da existência de uma reserva de mão-de-obra tanto pela própria dinâmica de seu modo de produção (NETTO; BRAZ, 2010, p. 132), como também para a criação desse medo inibidor que gera por parte do trabalhador uma aceitação de condições insatisfatórias.

Simultaneamente, se impõe sobre esses setores a máquina propagandística, tornando necessidades vitais os produtos da lógica global de produção e consumo. E é por isso que não se pode chamá-los de excluídos ou marginais; na realidade se acham precisamente posicionados no papel que devem exercer para a manutenção da ordem estabelecida.

Segundo essa lógica, a noção de pobreza é muito bem manipulada e distribuída pelo poder através dos sistemas de mediação, que conformam as percepções sociais e previnem que a população perceba essas injustiças. Em primeiro lugar, existe uma naturalização da pobreza. É a idéia de que ela sempre existiu e que, por estar nas bases do sistema, não pode ser mudada. É pensar o sistema como estrutural, como intocável.

Em segundo lugar, como explica Sirvent (1998), é importante observar a criação de um falso sentimento de participação, que está relacionado às ações que trazem ao indivíduo uma ilusão de exercer um poder de mudança. O cruel, neste caso, é o pensamento de “já fiz a minha parte”, que desestimula uma participação efetiva na mudança.

É o caso, por exemplo, das ONGs e das ações comunitárias. Não se deseja aqui, de forma alguma, retirar o mérito daqueles que estão diretamente ativos nessas práticas sociais, afinal cumprem um papel importante de ajudar os que necessitam *agora*. Mas a questão é que essas medidas são, na realidade, uma *falsa concessão* do sistema e,



portanto, contribuem para a perpetuação da pobreza – não em seu sentido individual, mas em seu significado estrutural. Isso porque a ONG – tecnicamente um ator social alternativo e que deveria promover mudanças – acaba sendo cooptada pelo sistema e traz ao poder que mantém o *status quo* mais uma frente de atuação. Uma prova disso é, por exemplo, o amplo acesso desse tipo de iniciativas, enaltecidas pela mídia, a políticas de financiamento, seja pelo Estado – que, assim, se exime de seu papel social –, seja pelos grandes conglomerados empresariais – que, obviamente, não desejam uma mudança estrutural real e vêem o investimento no terceiro setor apenas como uma forma de aumentar ainda mais sua lucratividade por meio do marketing social.

De certa forma, é um caso semelhante à lógica assistencialista, um grande exemplo de substituição de políticas sociais integradas por políticas de caráter simbólico. O assistencialismo – e aí se encontra sua semelhança às ONGs – apresenta a pobreza como pontual, exatamente no ponto em que reside sua ação, diminuindo o espectro de pobres àqueles que são os “beneficiados” (BILBAO, 1995). A conclusão: uma falsa sensação de superação da pobreza.

6. A conjuntura brasileira

“Deixa, deixa, deixa
eu dizer o que penso desta vida
preciso demais desabafar”
(Ivan Lins e Ronaldo Monteiro de Souza)

No Brasil, o acesso a comunicação massiva não é diferente da lógica global mercantil. A burocracia estatal das concessões públicas funciona deixando a maioria da população – e, não por casualidade, a mais pobre – longe não só da possibilidade de enunciação a grandes públicos, mas também da credibilidade que detêm os grandes meios.

Em um país onde onze famílias controlam mais de 80% dos fluxos de informações e onde 25% dos senadores e 10% dos deputados possuem concessões públicas de rádio ou televisão – segundo dados do Coletivo Intervezes (2009) –, não é necessário muito esforço para perceber o quão mediada é a opinião pública por interesses políticos e econômicos que definem o que é ou não mostrado.

Nesse contexto, a rádio comunitária poderia ser um exemplo de organização comunicacional capaz de romper com a ordem oligopólica vigente a partir do momento



em que, muitas vezes, dá voz a grupos minoritários e produz novos paradigmas. No entanto, com a percepção de seu potencial contra-hegemônico, a Polícia Federal (PF) e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) fecharam, apenas nos últimos cinco anos, 6.716 rádios comunitárias que funcionavam sem concessão, ainda de acordo com o Coletivo Intervezes (2009) – número que é quase o dobro do de pedidos de concessões atendidos nos últimos dez anos. Além disso, vale a pena mencionar também que, no Brasil, o crime por emissão de ondas eletromagnéticas sem permissão do Estado possui pena maior que os de lesão corporal e de cárcere privado.

7. Uma proposta para a superação

“Aos desfarrapados do mundo
e aos que neles se
descobrem e, assim
descobrimo-se, com eles
sofrem, mas, sobretudo,
com eles lutam.”
(FREIRE, 23, 1987)

O que diferencia os seres humanos dos outros animais é o fato de sermos seres essencialmente de palavra e memória. A Bíblia, por exemplo, é um relato fictício, e não no sentido de falso, mas no de uma narrativa de criação de identidade e de sentidos éticos e morais. E assim são também os Meios de Comunicação, a História e o Cinema – formas que encontramos de contar nossa própria existência, de criar nosso próprio reflexo, nossos relatos.

Nesse sentido, é importante perceber a exclusão como algo que está além da carência econômica. Os excluídos – que, como bem estudamos, não estão de modo algum *fora* do sistema – estão nessa posição de opressão também por uma carência de palavra: não têm voz. Quando estão nos discursos que circulam na sociedade, aparecem em relatos construídos por outros, relatos não genuínos que os definem como incapazes, violentos, marginais etc.

Parte da solução poderia ser, então, possibilitar que os oprimidos sejam os criadores de seus próprios relatos para que, a partir da confrontação com o que está nos discursos hegemônicos, possam começar a conscientizar-se de sua posição no sistema e das questões que envolvem a mídia e a educação que, na realidade, desejam, dependem e promovem o *status quo*, a pobreza e a desigualdade.



Como diz o Professor Ernani Maria Fiori no prefácio da “Pedagogia do Oprimido” de Freire, “talvez seja esse o sentido mais exato da alfabetização: aprender a escrever sua vida, como autor e como testemunha de sua história – biografizar-se, existenciar-se, historizar-se” (1987, p. 10).

Uma perspectiva seria, então, a reunião de um grupo de jovens moradores de uma região carente de infra-estrutura com o objetivo de criar um periódico popular representativo de pontos de vistas genuínos, próprios e críticos, seguindo, de certa forma, as bases da comunicação comunitária propostas por Paiva (2003, p. 138), em “O Espírito Comum”, de modo que

“(…) o entendimento que se persegue de comunicação é aquele que efetivamente possa comprometer o indivíduo com o exercício de sua cidadania, que possa permitir-lhe uma atuação no seu real histórico, podendo transformar, inclusive, sua existência e a das pessoas à sua volta” (PAIVA, 2003, p. 49).

Para isso, seriam planejados, então, encontros de estudo e discussões que tratassem de subverter as formas de comunicação e educação usuais. A partir de um paradigma educacional distinto, a proposta seria pensar uma revisão de conceitos e conteúdos naturalizados em sua realidade material levando à construção conjunta de um processo educacional-comunicacional libertário. Processo este que não pode ser dissociado de suas vertentes educacional e comunicacional, já que os dois funcionam juntos no exercício do poder e do controle e, juntos, têm que ser desmontados em uma atividade que compreenda uma práxis.

Em primeiro lugar, é importante desestigmatizar o discurso do “favelado criminoso” promovido pela mídia para que, a partir disso – uma questão tão significativa em suas vidas –, seja possível começar a desconstruir outros preconceitos vulgares presentes nos diferentes – mas semelhantes – meios de comunicação que consumimos.

8. Considerações finais

“O mundo de hoje nos parece horrível, malvado, sem esperanças. Essa é a serena convicção de um homem que morrerá nesse mundo. Não obstante, é justamente a isso que eu resisto. E sei que morrerei esperançoso. Mas é necessário criar um fundamento para a esperança.”

(Jean-Paul Sartre)



Os sistemas de mediação sempre existiram nas sociedades. A Igreja, a educação, a estrutura familiar, são, historicamente, instituições inclinadas a exercer o controle social. No entanto, as tentativas de mudanças sociais e de reversão das lógicas de dominação, independentemente do contexto, foram também frequentes. E são justamente esses fenômenos os que promovem o desenvolvimento do curso da História.

É incrível, a propósito, como essas três esferas hegemônicas de controle – a educação, os meios de comunicação e a cultura – se complementam. Elas se utilizam umas das outras para implantar seu discurso comum mas, na realidade, não são três, senão um sistema de mediação fluido e perfeitamente integrado que, em nossa sociedade contemporânea, tem como objetivo promover o alheamento.

Não obstante, ainda que o Homem esteja, desde o surgimento das sociedades soberanas, submetido a esse controle, a contestação dessa ordem foi uma constante. Segundo Castoriadis (1989), o fenômeno da insurreição é possível, mesmo que os dispositivos estejam justamente a serviço da manutenção de um poder e de uma coesão social, porque o pulsional e o inconsciente nunca estão totalmente submetidos à repressão cultural, isto é, sempre existem pontos de fuga, que se encontram no desejo não controlado, na permanente produção de novos sentidos e de novas significações que busquem a construção de uma nova ordem. Por aí é que surgem as novas ideias. E é a partir da crença de que elas podem alcançar a real libertação do homem, que é necessário estimular sua germinação – hoje e sempre.

9. Referências bibliográficas

BERGSON, H. **Matéria e memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BILBAO, C. M. *La construcción social de la pobreza: principios que sustentan su percepción*. Ekintza Zuzena, nº 18. 1995. Disponível em: < http://www.nodo50.org/ekintza/article.php3?id_article=243>. Acesso em: 13 jun. 2011.

CABRAL, R.; ELHAJJI, M. Comunicação e Política: as influências e implicações de uma relação saudável e perigosa. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 14., 2009, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0743-1.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2011.

CASTORIADIS, C. *El imaginario social y la institución*. Espanha: Tusquets Ediciones, 1989.



FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

FREUD, S. *El malestar en la cultura*. Buenos Aires: Editorial Amorrortu, 1984.

LEVANTE a sua voz. Direção e roteiro: Pedro Ekman. Intervezes Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2009. 1 filme (17 min). Disponível em: <<http://vimeo.com/7459748>>. Acesso em: 04 abr. 2010.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 04 abr. 2011.

PAIVA, R. **O espírito comum**: comunidade, mídia e globalismo. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

RIBEIRO, A. P. G. A mídia e o lugar da história. In. HERSCHMANN, M. e PEREIRA, C. A. M. (Org.). **Mídia, memória e celebridades**: estratégias narrativas em contextos de alta visibilidade. Rio de Janeiro: E-papers, 2003.

SIRVENT, M. T. *Poder, participación y múltiples pobreza: la formación del ciudadano en un contexto de neoconservadurismo, políticas de ajuste y pobreza*. 1998. Disponível em: <http://www.tau.org.ar/upload/b954c9afecf192c22567867e9aa5dd6f/doc_debate_sirvent.doc>. Acesso em: 04 abr. 2011.